

HISTÓRIA TRÁGICA DA CIÊNCIA

Carlos Alvarez Maia

LEHC – Laboratório de Estudos Históricos da Ciência, História – UERJ

Vou perseguir uma trilha de vestígios historiográficos de uma proposta conceitual para compreender o sujeito histórico – sujeito construtor de saberes, de si e do Real. Essa trilha possui uma lógica dada por meu interesse que desvenda um devir compreensivo em direção a uma hermenêutica do sujeito como ser social. Trata-se de um percurso que parte da vertente do romantismo germânico presente na Fenomenologia do Espírito de Hegel, passa por Marx e Freud, e amadurece em língua francesa, na segunda metade do século XX. Com Lacan, Foucault, Barthes eclode uma “teoria” do discurso que se mostra como manjedoura para o *homo sapiens* – nascido na e como epopéia iluminista – viver efetivamente, enfim, sua tragédia humana como um ser histórico – o *homo symbolicus*.

A lógica do texto busca a fidelidade com o binômio “discurso / laço social” considerado como condição *sine qua non* para o ser humano humanizar-se, tornar-se bípede no solo histórico. Se o estruturalismo lèvis-straussiano apresentou-nos a morte do homem – entenda-se, morte do “Robinson Crusoè”, da Consciência plena e independente, daquele ser portador de uma Razão, livre para pensar, agir e dizer com seu *Cogito* épico – já em sua ultrapassagem, no após-o-estruturalismo, somente falamos e ouvimos palavras prisioneiras/carcereiras do laço social em um discurso trágico. Este é o cárcere do verbo que conduz meros significados lexicais, vocabulares, para a tragédia de sujeição a um sentido discursivo – simbólico/imaginário – de valores. Ver, sentir, pensar e dizer dão-se no trânsito pelo sentido do verbo de existências enlaçadas **entre si** da realidade em oposição ante coisas e vocábulos **em si**, o Real. O verbo do sentido condiciona o léxico vocabular.¹

1 – UM PONTO DE PARTIDA: A FENOMENOLOGIA ETNOGRÁFICA HEGELIANA

Há uma inauguração notável em Hegel: a discussão sobre a ontologia do ser, sobre a existência humana, abastecida estritamente por sua vivência **relacional, interativa**. Hegel

parte não do ser isolado, autônomo, pleno em sua racionalidade. Não. Para ele o humano não nasce humano, mas sim, faz-se humano ao estabelecer um laço, em uma relação **de poder**, com outro candidato a ser humano. Tornam-se humanos, ambos, durante e através da dinâmica dessa relação. Uma relação processual, dita por ele, dialética. É como Hegel vê a entrada do homem na história, em sua humanidade. No embate entre “dois” seres, desabrocham os humanos, florescem como humanos em um contínuo vir-a-ser. Saem da mera espacialidade animal e invadem a temporalidade ao participarem da dinâmica processual de conquista de um poder. O poder de ser **reconhecido** pelo outro, de capturar o **desejo** desse outro. Um mestre, outro, escravo. Duas posições antagônicas porém suplementares. Estabelecidas durante a luta de seus desejos. Mas não são dois estados cristalizados, estacionários, permanentes. Nada “É”, estático, mas tudo no humano devir. É temporalidade. É dinâmico, é processual; diz Hegel, dialético. E assim Hegel distingue o “natural”, o mundo meramente espacial, do humano temporal. Para o humano não cabe uma ontologia substancialista, a “Essência” humana “É” seu próprio devir.

Alguns conceitos hegelianos são marcantes na análise fenomenológica dessa inovadora ontologia histórica do ser. O embate travado entre os seres é político e marcado por dois termos: **reconhecimento** e **desejo**. Desejo de ser reconhecido, e ser reconhecido é ser desejado. É o confronto entre dois desejos em busca de satisfação, dois amantes entrelaçados. Somente através do reconhecimento o senhor se faz e realiza seu desejo ao ser reconhecido, desejado, pelo outro, na posição de escravo. São dois **lugares**: senhor e escravo. Não são dois entes, seres estáveis na hierarquia, são duas posições **funcionais**, ocupadas, preenchidas, vivenciadas no embate dialético de desejos em movimento, de demandas que se suplementam. Espera-se luta ou submissão – que nunca será completa. Submissão, melhor dizer, momentânea, dentro do processo dialético. O senhor, o mestre, o patrão, o colonizador, o masculino obtém o reconhecimento, conquista o desejo do outro impondo-lhe um **sentido** dado por **seu verbo**. O outro – o escravo, o pupilo, o empregado, o colonizado, o feminino – se submete ao sentido dado pelo mestre, absorve seu falar. Entrega-lhe seu reconhecimento, seu poder, seu saber, seu trabalho, seu desejo, seu viver.

Este, o cenário da família primitiva. O senhor apropria-se do trabalho, da palavra. Torna-se dono de um saber-poder. É o proprietário de um fazer, de um dizer, que foi alienado do outro, do outro posto como escravo silenciado. Servo de seu próprio desejo, o de ser reconhecido pelo amo. Este, o seu objeto de desejo que não se confina em um objeto. Ele deseja capturar o desejo do outro. E o senhor?, bem, ele já o capturou, e fala, dá o sentido. Hegel diz de uma função negatriz, a função que anula, que consome. Marx retira daí a apropriação da mais-valia, Lacan, em clara inspiração, dirá do mais-de-gozar. O objetivo do mestre é a alienação da palavra, retirar mais-valia/gozar, e ocupar os vazios de silêncios domesticados por sua voz-condão, atribuindo sentido valorativo à cena semiótica de poder.

O desejo é algo típico do humano para o humano, inter-humanos. Se o “desejo” volta-se para algo natural então trata-se de uma necessidade – Hegel separa o não-humano, o objeto natural, como o que não porta desejo, somente possui necessidades, ditas naturais. O desejo é a auto-proclamação de que falta algo àquela consciência. Somente assim, a consciência volta-se para si. Consciência-de-si. Enfim, torna-se humano ao se declarar em dependência, desejante, de um outro – do desejo do outro –, **em presença** de outro humano, em audiência. Assim atam o laço social que, por fim, os constitui como seres históricos em torno de um texto que porta um sentido e os conduz.

Quanta distância desta tragédia romântica daquela epopéia iluminista do *Cogito* pleno vagando pelo deserto solitário da racionalidade! Solidão que impede qualquer laço. Ilha deserta de um Robinson Crusoe que tanta indignação trouxe a Marx. Mas Hegel não partiu do *Cogito* independente, do indivíduo racional livre. Hegel parte da não-autonomia do sujeito. O sujeito autônomo, livre, seria o caso limite do senhor que a todos governa, amado por todos e que fala para todos. Limite de um delírio, racionalista e autoritário. Um delírio de uma razão sem desejo. Uma épica sem o trágico ocorre nesta retórica das Luzes onde não há espaço para o desejo, para as paixões, somente a racionalidade ascética e asséptica. Pretende uma autonomia racional sem dependência passional. A razão, nesta épica, opõe-se à emoção. Objetivo: ser um senhor pleno e perene; ora, mas esta é a imagem de Deus! Tal posição de divindade – sem desejo – pretendida pelo Iluminismo para

o humano, o animal racional, assim assexuado e desapaixonado, revela sim o **desejo** dos humanos – justamente o desejo que se quer ocultar, um retorno do recalcado – de serem como o todo-poderoso: Deus, senhor absoluto e supremo dos desejos alheios, alienados. Nada mais fora da realidade humana que tal abstinência desejante. Sem desejo, mudo, eis a morte de qualquer humano – o estado vegetativo da submissão e anulação total de si. Mas Hegel nos liberou de tal destino, devolveu-nos à cena mais modesta, mais movimentada, deu-nos a tragédia romântica. Retirou-nos da plenitude monocromática, olímpica, e nos remeteu para o dialogal, para o trágico dia-a-dia terreno do mal-estar-na-cultura, cultura na qual todos dependem de todos, a todos falta algo que está fora e a impossibilidade de preenchimento completo traduz-se nesse desconforto em estar sob a coerção civilizacional.

Não se nasce humano, nem se É humano. O humano é um artefato, produzido como uma fenomenologia processual, construído por uma dinâmica relacional. Sua ontologia é histórica, é societária, não é um ser mas um vir-a-ser funcional em devir. Uma sucessão de lugares sociais ocupados, de funções-sujeito, de actantes. E não emerge como indivíduo isolado, um Adão solitário, cavalgando um *Cogito* eufórico. O humano dá-se no plural, faz-se como plural e somente alcança a sua condição de indivíduo, humano, através do laço social. Como nos alertou Marx, através de Aristóteles, em sua cruzada contra as “robinsonadas” – a idéia do indivíduo isolado que ocorria nas explicações econômicas do século XVIII – que grassavam em seu tempo:

*“O homem é, no sentido mais literal, um ζῷον πολιτικόν (animal político), não somente um animal social, mas sim um animal que só pode individualizar-se na sociedade. A produção por parte de um indivíduo isolado, fora da sociedade – fato raro que bem pode ocorrer quando um civilizado, que potencialmente possui já em si as forças da sociedade, se extravia acidentalmente em uma região selvagem – não é menos absurda do que a idéia de um desenvolvimento da linguagem sem indivíduos que vivam juntos e falem entre si.”*²

Mas, já afirmei, o embate entre senhor e escravo apresenta continuamente alternativas: luta ou submissão, momentâneas. Na submissão, o trabalho servil torna-se alienado, o desejo retira sua satisfação em sua dependência masoquista. Itinerário do casamento de Sade com Masoch. Tal como o longo drama histórico patriarcal, milenar, que se tornou texto para o feminino: a servidão voluntária. E na outra alternativa, na luta? Ora, o incômodo da posição submissa – não reconhecida, silenciada – pode promover movimento, insubordinação, divórcio, negociação, greve, traição, revolta, rebelião, motim, enfim: gritos por outro texto. Assassinato do pai arcaico. Na luta há rearranjo dos papéis de actantes, de quem fala e de quem ouve. A autoridade não se congela em um dos seres, as falas deslocam-se. O resultado desta luta modifica os lugares ocupados, alterna a cena de poder semiológico, das palavras. Assim ocorre quando os proletários conquistam algum poder, sindicalizam-se. Ou, o Estado liberal vê o *Welfare State* emergir como solução da crise. Ou quando o casamento torna-se mais aberto e a mulher sorri um pouco mais na sua rotina doméstica. Ou, os negros sentam-se em qualquer lugar, não são mais pretos, tornam-se afro-descendentes e se fazem ouvir. Tecem um discurso novo para uma identidade renovada. Alteram sua identificação social. Na luta, o desejo subversivo mostra-se transformador, produtivo. O subalterno enfrenta o discurso hegemônico motivado e movido por sua utopia desejante: a luta por algum reconhecimento. **Sem a luta só lhe resta o luto.**

2 – O PROCESSO DE PRODUÇÃO DE SENTIDO OCULTO PELO FETICHE DO PRODUTO ACABADO

A luta por reconhecimento é um embate de produção coletiva de sentido. O desejo almeja por efeitos de sentido que lhe dêem reconhecimento, são efeitos micro-políticos de sentido. Novas significações que se constroem durante a luta e que devem ser negociadas entre os agentes. Uma prática discursiva se instaura com este objetivo: obter reconhecimento de um sentido que se fez na luta.

Marx examinou e aprofundou a análise de um aspecto desse laço social, avaliou a materialidade coletiva do elo societário que se forja através do **trabalho**. Pela apropriação do trabalho é que se constitui o elo na relação hierárquica entre humanos, entre o subordinado e o subordinador. Em Marx, a materialidade desse trabalho encontra-se na

mercadoria, o seu produto direto. No sistema capitalista de produção a mercadoria, especialmente sua circulação, apresenta a forma social estável da Fenomenologia de Hegel. A coerção do poder da “dialética do senhor e do escravo” é dissimulada no valor atribuído à mercadoria, um valor naturalizado socialmente **deslocado e descolado do trabalho** e do trabalhador subordinado que a produziu. Este, o fetiche originário da mercadoria que Marx desvenda como maneira de uma sociedade apresentar-se como formada por homens livres e iguais apesar de se moldar sobre uma desigualdade intrínseca. É o sentido novo posto no embate dos protagonistas no capitalismo. O sentido carrega um valor. A mercadoria torna-se um objeto com vida própria, um produto marcado por um valor socialmente estabelecido, convencional, um sentido simbólico. E o valor é naturalizado como qualidade, como essência, da mercadoria-em-si, e assim neutraliza qualquer evidência de servidão. A servidão torna-se voluntária por um emprego e por um salário, comparecendo socialmente como uma troca considerada justa. A aparência dada pelo sentido novo é a de que se trabalha pelo salário e não para produzir mercadoria.³ O escambo originário é deslocado por um texto que atribui sentido, o valor, e que substitui as antigas trocas diretas pelo regime mercantil modulado por símbolos e pelo significante do capital: a moeda.

Marx analisa ainda a mercadoria como objeto das necessidades humanas e trata da sua relação com o desejo. E o “**desejo envolve necessidade**” diz-nos Marx, a mercadoria “**satisfaz necessidades humanas, seja qual for a natureza, a origem delas, provenham do estômago ou da fantasia**”.⁴ Poderíamos acrescentar uma evidência de nossa sociedade de consumo de massa: provenham do estômago ou da fantasia, sim, porém o mais instigante provém da ordem da **fantasia do estômago** (isto é, no humano a necessidade dá-se por via desejante). Nossas mercadorias estão bastante afastadas das primitivas formas de atender necessidades estritamente fisiológicas, ditas naturais. Mesmo estas solicitam para sua satisfação de algo mais que o arquétipo “natural”, seja como alimento, como vestuário, como moradia, como higiene etc. A fome, a sede, o frio, o apetite sexual e até mesmo as funções excretoras somente mantêm vestígios de sua origem selvagem. Todas estão incorporadas de valores “civilizacionais”, de códigos simbólicos, são

textos com sentido. No mínimo há uma estética e um protocolo, na elaboração de uma refeição, em sua degustação, por exemplo. O comer é antes de mais um ato desejante, revestindo a necessidade; somente os famélicos que perderam sua humanidade enfrentam a fome como algo da ordem exclusiva do “natural”, da estrita necessidade do animal inumano. O natural ganha naturalizações outras. Encontra-se **modulado** – ainda no sentido deleuziano – por um valor desejante que lhe dá o sentido. E assim ocorre com toda mercadoria em sua forma final, pronta para o consumo. Ela “surge” como um produto sem expor os rastros de seu processo de produção. As condições nas quais o produto se fez não estão expostas em sua embalagem, ele se apresenta como uma **coisa em si**, como se nascesse acabada, eclosão autônoma em geração espontânea. Seja a mercadoria-produto como um bem industrial seja como uma peça artística, artesanal ou até mesmo como uma idéia, uma teoria.

3 – PROTOCOLO PARA A HISTÓRIA DO CONHECIMENTO COMO TRAGÉDIA

O mesmo se dá com a pesquisa acadêmica e seu “produto-mercadoria”. O resultado emerge acabado, fechado em si mesmo: **fetichizado**. Em sua embalagem somente é visível aquilo que se pretende fornecer como sentido em sua circulação no mercado consumidor. Seja o *abstract* de uma tese na CAPES, seja o rótulo em uma caixa de cereais nas prateleiras comerciais. Em ambos os casos, o produto apresenta-se como coisa objetual agenciando um sentido que o valora. Seu sucesso depende da aceitação do sentido proposto, o que lhe dará o reconhecimento aspirado.

Este percurso sintético fornece os elementos para delinear um protocolo para uma história do conhecimento divorciada da epopéia de uma Razão anistórica que persegue mitologicamente a realidade objetiva do mundo exterior como se um saber divino fosse. É um protocolo mínimo para o historiador apreender a tragicidade do saber humano, no qual o saber é coletivo, interativo, decorre da ação de um sujeito produzindo sentido, em práticas discursivas de micro-poder, perseguindo o reconhecimento de outros sujeitos para os valores e significações propostas por aquele sentido [como Robert Merton desvendou os jogos de poder, por prestígio, na comunidade científica]. A nova teoria nada mais é do que

um sentido inesperado, gerando um cenário de valores inovador. Um outro conjunto de valores transportado pela nova prática discursiva que luta por reconhecimento societário [como Thomas Kuhn desenvolveu com seus paradigmas em conflito]. Para satisfazer a ambição de seu desejo – isto é, ser reconhecido pelos pares – de saber-poder, há que tecer um périplo de negociações convergentes de sentido [em Latour: negociar traduções].

Esses três autores mencionados entre colchetes, ícones de nossa historiografia, são actantes-produtores de percepções historiográficas que capturaram a tragicidade daqueles aspectos do conhecimento. Mas, de todos, Latour é o que mais desvendou o enredo trágico sob o manto épico apresentado pela corporação de ofício do saber “oficial”. E o mais notável em Latour é assumir o caráter fenomenológico dado por Hegel tanto para a constituição de um novo sujeito, o autor aplaudido da nova teoria, como para o sentido “vencedor” exposto como um produto acabado, encerrado em sua embalagem “publicitária”, a sua caixa-preta. A rotina de trabalho latouriana baseia-se em seguir etnograficamente [Hegel diria: de forma fenomenológica] o processo de produção de sentido que atribui valor à mercadoria acadêmica/científica. Em trilhar o passo-a-passo no qual a “mercadoria” é produzida por contínuos embates, tal como descrito na dialética do senhor e do escravo, e por fim se enclausurou em um produto final, fechado sobre si mesmo e sem rastros de sua produção. Assim cumpre-se a meta dessa historiografia: desnaturalizar o fetiche épico do Cogito-deus no processo trágico do conhecimento humano, demasiado humano.

¹ O termo latino *verbum*, 'palavra', 'vocábulo' é oposto a *res*, 'coisa', 'realidade'. Já em gramática, designa o 'verbo', em oposição a *vocabulum*, 'nome (de uma coisa)', 'o substantivo'. Ver o Houaiss.

² Karl Marx. Contribución a la crítica de la economía política. México: Siglo XXI editores, 1990, p. 283.

³ Karl Marx. O Capital. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002, Vol I. Marx trata no cap 1 sobre a mercadoria e seu fetiche. “Uma relação social definida, estabelecida entre os homens, assume a forma fantasmagórica de uma relação entre coisas. (...) Chamo a isto de fetichismo, que está sempre grudado aos produtos do trabalho, quando são gerados como mercadorias.” p. 94

⁴ idem, p. 57 nota 2.